

Resenha: Verde Urbano

Review: Urban Green

Revisión: Verde Urbano

FERREIRA, Maurício L.; ZABOTTO, Alessandro R.; PERIOTTO, Fernando (Organizadores).
Engenheiro Coelho: Unaspress, 2021. 217p. ilus.
eBook: ISBN 978-65-89185-53-6
<https://doi.org/10.19141/978-65-89185-53-6>

Gedeone Ferreira Lima
<https://orcid.org/0000-0001-9384-8016>
gedeone_ferreira@hotmail.com
*Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Rondonópolis, UFMT/UFR,
Rondonópolis, MT, Brasil*

Zenilda Barbosa Vilela dos Santos
<https://orcid.org/0000-0001-9037-7570>
Zenildabarbosavilela@gmail.com
*Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Rondonópolis, UFMT/UFR,
Rondonópolis, MT, Brasil*

Fabio Henrique Angeoletto
<https://orcid.org/0000-0002-3084-3928>
fabio_angeoletto@yahoo.es
*Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de
Rondonópolis, UFMT/UFR, Rondonópolis, MT, Brasil*



Livro gratuito reúne especialistas, informações e conhecimentos atualizados sobre arborização urbana.

A obra é resultado do sonho de três jovens biólogos e pesquisadores brasileiros, tendo como objetivo principal melhorar a paisagem e a qualidade de vida das cidades brasileiras. O livro foi dividido em quatro partes: I - Verde Urbano e Sociedade, II - A Vida nas Cidades, III - O Corpo das Árvores e IV - Verde Urbano e Saúde.

Na primeira parte da obra fica evidente que para preservar é preciso conhecer. Diante disso os autores apresentam os conceitos de ecologia urbana, desigualdade ambiental e injustiça ambiental. Discorrem

também sobre a importância da biodiversidade urbana, bem como sobre os elementos das paisagens verdes urbanas, uma estratégia de fortalecimento da ideia de conservação. Os ecossistemas urbanos têm se mostrado uma alternativa eficiente para sustentar a biodiversidade urbana através do fornecimento de habitat substituto para espécies ameaçadas de extinção e a criação de novos nichos biológicos (Ernstson, 2013).

A ecologia urbana expandiu os leques de pesquisas e com isso os estudos sobre os espaços verdes no ambiente urbano têm atraído interesses generalizados de pesquisadores. Esses espaços são compostos por parques e reservas ambientais, campos esportivos, áreas ribeirinhas como córregos e margens de rios, jardins comunitários, arborização viária e áreas de conservação da natureza, bem como ambientes menos convencionais como paredes verdes, e espaços verdes privados, incluindo também terrenos comunitários e quintais de moradias.

O processo de urbanização das cidades no Brasil traz consigo a segregação territorial e inúmeras desigualdades sociais entre ricos e pobres. As cidades passam a ser cada vez mais um lugar de privilégios sociais e ambientais de uma minoria que se utiliza desse espaço como fonte de acumulação de riqueza. Faz-se entender que o uso e a ocupação do solo são atravessados por questões econômicas, políticas e culturais.

A desigualdade ambiental, assim como a desigualdade social, é resultado da má distribuição de riquezas e recursos para grupos socioculturais específicos. Tais desequilíbrios contribuem para profundas injustiças sociais e ambientais. De acordo com Gerrish e Watkins (2018), a relação entre a cobertura vegetal e a renda é bem documentada em diversas cidades pelo mundo, incluindo Detroit, Johannesburgo e Cidade do México. Os autores afirmam que os resultados de condições históricas de desigualdades, bem como de decisões sobre infraestrutura tomadas décadas atrás sobre arborização e parques urbanos beneficiaram de forma injusta os bairros ricos.

Ampliar e proteger os espaços verdes sem empreender esforços para atingir a equidade social pode piorar as desigualdades sociais e ambientais, além de reforçar a falta de acesso das comunidades marginalizadas aos benefícios oferecidos pelos parques urbanos. Quando os espaços verdes urbanos são distribuídos de forma desigual, o mesmo acontece com os benefícios que eles oferecem. A má distribuição das áreas verdes urbanas promove o 'efeito luxúria', em que o verde urbano é um privilégio ambiental para poucos (Lima, 2022).

A disseminação da ciência ecológica pode ser um atributo essencial para que políticas públicas ambientais sejam facilmente incorporadas pelos cidadãos brasileiros, especialmente relacionada ao verde urbano, que é a peça-vital na construção de cidades saudáveis, com espaços verdes de qualidade. A floresta urbana se concentra em áreas verdes, um tipo de espaço livre com predominância de vegetação e solo permeável sob diferentes condições de uso e recreação para a população. Praças, parques, jardins, quintais, ruas e avenidas arborizadas são exemplos de áreas verdes que abrigam porções das florestas urbanas e outras formas de paisagens naturais públicas ou privadas. Esses espaços verdes possuem diferentes funções no ecossistema urbano, trazendo benefícios para a população e para a biodiversidade (Pena et al., 2020).

É importante ressaltar que o plantio de árvores em áreas urbanas promove diversos benefícios como a regulação do clima e ciclo hidrológico, sequestro e estoque de carbono e benefícios à saúde física e mental. Também contribui com o gerenciamento acústico, o aumento da qualidade da água e do ar, o que conseqüentemente ajuda na prevenção de problemas respiratórios, e com a regulação da temperatura atmosférica numa escala microclimática. A oportunidade de contato com a natureza e da realização de atividades ao ar livre resulta na redução do stress, no relaxamento e no aumento das interações sociais (Pena et al., 2020). Conforme pesquisas realizadas por Kardan et al. (2015), as pessoas que moram em ruas com mais e/ou maiores árvores apresentam uma melhor percepção da própria saúde, equivalente a estar sete anos mais jovem. Outras vantagens relacionadas à presença de áreas verdes no meio urbano dizem respeito a: “[...] a auxiliar na absorção de ruídos, redução da poluição, amenização do estresse, conforto térmico e podem atenuar as internações hospitalares e gastos financeiros relativos à saúde” (Scheuer & Neves, 2016, p.68).

Na segunda parte da presente obra, podemos interpretá-la como um manual de boas práticas para o cuidado de uma árvore, partindo da escolha adequada da muda que vai ser plantada até os cuidados de manejo, a fitossanidade. Nesta parte é indicado aos gestores públicos que escolham espécies adequadas para as áreas verdes públicas.

Na parte III, “O Corpo das Árvores”, os autores se dedicam ao manejo de árvores urbanas. Inicialmente há o cuidado em definir a caiação como ato de pintar o tronco da árvore, principalmente de branco - prática que se originou na Europa para facilitar a locomoção dos soldados durante à noite. Esta prática se expandiu no Brasil e até hoje é utilizada fora de seu contexto original. As árvores respiram pelo tronco por meio das pequenas aberturas que promovem a troca de gases, denominadas lenticelas. Também existem animais dependentes do microecossistema formado pelo tronco da árvore, para alimentação, reprodução ou para se esconder de predadores. Dessa forma, aponta-se a importância de se deixar os troncos das árvores na forma original, pois ao “embelezar” o tronco de uma árvore, muitas vezes pode-se até causar sua morte.

Segue-se com considerações sobre o plantio sem verificação das características do local e a adequação da espécie ao ambiente. O plantio de uma árvore de porte grande na frente da casa, por exemplo, ou uma espécie que tenha as folhas gigantes, seria desproporcional e estranho em determinados lugares. Outro exemplo aborda como o plantio de palmeiras não é aconselhável em ruas, avenidas e calçadas estreitas devido ao seu alto porte. O autor descreve como estas espécies, de grande valor ornamental, algumas de valor econômico, devem ser plantadas em lugares estratégicos amplos, como em praças ou parques urbanos. Na cidade de Campo Grande, a partir do ano 2000, foi proibido por lei derrubar as palmeiras e outras que contenham ninhos de araras. A lei garantiu tanto a conservação da árvore como também a preservação da espécie de arara.

Na sequência se destaca o destopo, técnica muito empregada no Brasil, que consiste no corte dos galhos gerando tocos com o objetivo de diminuir a altura e tamanho da árvore. Quando isso acontece, a remoção das folhas expõe galhos e troncos ao sol, impedindo frequentemente que a árvore recupere sua forma natural. O destopo é um tipo de poda

radical, inapropriada. A poda racional deveria ser realizada por técnicos especialistas, geralmente orientados por engenheiros agrônomos, biólogos e engenheiros florestais, para não causar danos as árvores. Mas é lembrado que existe o fenômeno natural de algumas árvores perderem suas folhas no decorrer do ano, geralmente nos meses mais frios e sem chuva, as espécies denominadas caducas, ao contrário das árvores perenifólias nas quais as folhas também caem, mas em pequenas quantidades.

Além das podas das árvores, a obra informa também sobre a fenologia, o estudo do ciclo reprodutivo das plantas, ou seja, a época da floração, da frutificação e da renovação das folhas das árvores. Tece considerações sobre a floração chamativa do Pau-Brasil, entre os meses de setembro e outubro, pelo seu perfume, cor e formato das flores com cinco pétalas, sendo quatro amarelas e uma vermelha. É uma árvore típica da Mata Atlântica, que pode atingir até 15 metros de altura. Foi a primeira atividade explorada pelos portugueses na América Portuguesa durante o século XVI, principalmente durante a fase denominada de Pré-Colonial, quando as toras eram levadas para Europa, essencialmente para Portugal, para produzir um corante muito apreciado para tingir tecidos. Na época do Brasil Colônia, ela se destacou pela utilização na construção de vários objetos, como caixas, móveis e instrumentos musicais. Tão explorado que se enquadra na lista de espécies ameaçadas de extinção e através da Lei nº 6.607/1978, o Pau-Brasil é declarado a árvore nacional, comemorada no dia 3 de maio.

Na quarta e última parte do livro, intitulada “Verde Urbano e Saúde”, depara-se em como o verde urbano gera saúde ao melhorar a qualidade de vida do ser humano. Para Lee, Abdullah e Nor (2019), as áreas verdes compoem a infraestrutura verde no interior das cidades, proporcionam qualidade de vida em termos de saúde física e/ou emocional. O ambiente saudável faz parte de uma saúde mental e o contato com a natureza traz benefícios psicológicos e sociais, como a redução do estresse causada pelo contato excessivo com tecnologia, tanto para pessoas adultas quanto para crianças. Em Portugal, jardins urbanos e espaços verdes também são identificados há muito tempo como grandes contribuintes para a qualidade física e estética dos bairros.

O planejamento das áreas verdes no meio urbano representa um instrumento para a manutenção da biodiversidade local, sendo essencial a ampliação da arborização nas vias de circulação da cidade, bem como de áreas verdes nos quintais das cidades, contribuindo para valorização das residências e para a qualidade do ambiente. Ressalta-se que qualquer área verde, seja ela urbana ou não, é importante, não sendo necessário estar em áreas protegidas. Locais com vegetação fornecem variedade de habitats e de recursos para a biodiversidade em meio urbano, por isso se faz necessário seu manejo adequado e ações visando à sua conservação e sua proteção. A preservação da biodiversidade, não apenas em escala regional ou global, mas também em escala local, é uma premissa indispensável para o acompanhamento dos padrões de vida dignos nas cidades (Angeoletto, Fellowes & Santos, 2018).

Dado os fatos expostos e analisados, recomendamos a leitura da obra considerando que possui uma escrita leve e didática, sendo o E-book *Verde Urbano* indicado para diversos públicos. Recomendamos para todas as pessoas que vivem nas cidades, sejam

crianças, adolescentes, adultos ou idosos, independente do grau de instrução ou nível social. Considerando que essas pessoas plantam e cuidam de árvores em seus quintais, elas poderão propagar a importância da preservação ambiental, em especial nos ambientes urbanos.

REFERÊNCIAS

- Angeoletto, F., Fellowes, M., & Santos, J.W.M.C. (2018). Counting Brazil's urban trees will help make Brazil's urban trees count. *Journal of Forestry*, 116(5), 489-490.
- Ernstson, H. (2013). The social production of ecosystem services: A framework for studying environmental justice and ecological complexity in urbanized landscapes. *Landscape and urban planning*, 109(1), p. 7-17. <https://doi.org//10.1016/J.LANDURBPLAN.2012.10.005>
- Gerrish, E., & Watkins, S.L. (2018). The relationship between urban forests and income: A meta-analysis. *Landscape and Urban Planning*, 170, 293-308. <https://doi.org//10.1016/j.landurbplan.2017.09.005>
- Kardan, O. et al. (2015). Is the preference of natural versus man-made scenes driven by bottom-up processing of the visual features of nature? *Frontiers in psychology*, v. 6, p. 471.
- Lee, W.H., Abdullah, S.A., Nor, S.Bin Md. (2019). Land Use and Landscape Pattern Changes on the Inside and Outside of Protected Areas in Urbanizing Selangor State, Peninsular Malaysia. *Journal of Landscape Ecology*, v. 12, n. 2, p. 41-63,
- Lima, G.F. (2022). Quintais, miséria paisagística e Efeito Luxúria: como conservar e democratizar a flora nas cidades brasileiras? Dissertação (Mestrado em Geografia, área de Geotecnologia Aplicada a Análise Ambiental) – Universidade Federal de Mato Grosso/Universidade Federal de Rondonópolis, UFMS/UFR, Rondonópolis, MT, Brasil.
- Pena, J.C.C. et al. (2020). Cooperação e inovação para o planejamento da cobertura arbórea e áreas verdes urbanas. *TerraPlural*, 14(1), 1-18. <https://doi.org//10.5212/TerraPlural.v.14.2013391.012>
- Scheuer, J.M., & Neves, S.M.A. (2016). Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 11(5), 74-89.

Recebido em 22/mar./2023

Aceito em 27/maio/2024

Publicado em 31/jul./2024